

LULISMO OU LULISMOS?

ASSIMETRIA REGIONAL
E O GOLPE DE 2016

¿LULISMO O LULISMOS?

ASIMETRÍA REGIONAL
Y EL GOLPE DE 2016

LULISM OR LULISMS?

REGIONAL ASYMMETRY
AND THE INSTITUTIONAL COUP OF 2016Y

PATRÍCIA VALIM

Professora Adjunta do Departamento de História/UFBA.
patricia.valim@ufba.br





RESUMO

Este artigo analisa os limites e as possibilidades do Lulismo por meio da variável regional do conjunto de políticas públicas dos governos petistas até o Golpe de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff do poder. A hipótese central deste artigo é que, considerando as históricas assimetrias regionais do Brasil, o resultado da análise do impacto do conjunto de políticas públicas do Lulismo no Nordeste, por meio da variável regional, nos permite pensar em Lulismos, que acabou impactando tanto as Manifestações de Junho de 2013 como as Eleições de 2018.

ABSTRACT

This article analyzes the limits and possibilities of Lulism through the regional variable of the set of public policies of PT governments until the Institutional Coup of 2016, which removed President Dilma Rousseff from power. The central hypothesis of this article is, considering the historical regional asymmetries of Brazil, the result of the analysis of the impact of the set of public polities of Lulism in the Northeast, through the regional variable, allows us to think of Lulisms, which ended up impacting 2013's June protests and the 2018 Brazilian Elections.

RESUMEN

Este artículo analiza los límites y las posibilidades del lulismo a través de la variable regional del conjunto de políticas públicas de los gobiernos del PT hasta el Golpe de 2016, que retiró del poder a la presidenta Dilma Rousseff. La hipótesis central de este artículo es que, considerando las asimetrías regionales históricas de Brasil, el resultado del análisis del impacto del conjunto de políticas públicas de lulismo en el noreste, a través de la variable regional, nos permite pensar en los lulismos, que terminaron impactando ambas manifestaciones Junio de 2013 como las elecciones de 2018.



Este artigo é resultado da minha participação na aula inaugural sobre “Os impasses do Lulismo” do curso de extensão “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, coordenados pelos Prof. Dr. Pedro Puntoni (USP) e Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade, realizada em 21 de março de 2018, no auditório “Fernand Braudel” da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a participação dos colegas Prof.º Dr. Lincoln Secco (USP), Prof.ª Dr.ª Esther Solano (UNIFESP) e Prof. Dr. André Singer (USP).

Na ocasião, o ponto de partida para a construção do meu argumento foi o conjunto de manifestações de inquietude e perplexidade por parte de um setor da esquerda brasileira em relação aos altos e crescentes índices de aprovação do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores nas pesquisas divulgadas pelo DATAFOLHA durante o primeiro semestre para a corrida presidencial de 2018, não obstante a dura campanha de ataque ao PT e aos ex-presidentes petistas de boa parte da grande imprensa desde as manifestações de junho de 2013, que foi a cadência do Golpe de 2016.

Como poderíamos explicar, no curso de 2018, que Lula e o PT estavam ampliando crescentemente seus índices de aprovação junto a população brasileira? Meu argumento era arriscado, sobretudo porque ao meu lado estava o Prof. André Singer, autor da tese sobre o Lulismo durante o período de 2006-2010: propus que considerássemos a variável regional na análise sobre as experiências que resultaram da implantação e efetivação de políticas públicas para setores historicamente excluídos do acesso ao Estado, fazendo com que essas pessoas vivenciassem as premências das rupturas com o Golpe de 2016, em ritmos e escalas diferentes.

O argumento se desdobrou de maneira incontornável quando se considera que no conjunto geral dos estados da Federação os maiores índices de aprovação do PT e do Lula eram da região nordeste, historicamente responsável pelos maiores índices de subdesenvolvimento do país¹ e, justamente por isso, a região que mais cresceu em vários aspectos durante os governos petistas em razão do grande projeto de Integração Nacional, responsável pelo começo do fim do chamado “Brasil Profundo”. Não por outra razão foi a região que formou o “cinturão progressista” nas eleições de 2018, na qual o então candidato Jair Messias Bolsonaro não obteve nem 18% dos votos.

O argumento central deste artigo, portanto, é que não obstante a formulação original do conceito de Lulismo, quando se considera as históricas assimetrias regionais do país, o conjunto de políticas públicas do Lulismo não foi o mesmo para as regiões do centro-sul e para as regiões do nordeste, de maneira que ainda que o denominador comum seja a tentativa de ausência de conflito entre o capital e o trabalho: deve-se analisar a experiência dos governos petistas no plural: há lulismos e não lulismo.

1. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordeste: que Nordeste?* In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAR, Editora da UNESP, 1995.



LULISMO

Há alguns anos, o cientista político André Singer cunhou o termo “Lulismo” para explicar o modelo político-econômico implementado no Brasil desde o início do século 21, com a eleição do Presidente Lula após 2006². Lulismo, para Singer, é um conjunto de políticas públicas voltadas para a população de baixíssima renda, que envolvem: Bolsa Família, aumento do salário mínimo, crédito consignado, Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida, Regularização de terras quilombolas, Cisternas no semiárido nordestino – só para citar algumas. Para Singer, o Lulismo é o resultado da combinação entre esse conjunto de políticas e a manutenção da estabilidade institucional, a chamada governabilidade, por meio de um reformismo fraco que não é o abandono das demandas da classe trabalhadora, muito menos traição, e sim a “diluição” do “reformismo forte” do petismo de outrora.

Nessa formulação, o reformismo diluído do Lulismo evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Segundo o autor, tal opção não se deve à capacidade de negociação adquirida no chão da fábrica no ABC Paulista e nem ao pendor acomodatício do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar desde Lula foi eleito presidente. Para o autor, o “reformismo fraco” é fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça pública de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002 – razões pelas quais Lula decidiu que não deveria mexer com o capital. Por outro lado, a diluição do reformismo reflete a compreensão de que o maior contingente do eleitorado brasileiro - o “subproletariado”, segundo o conceito que André Singer busca na obra de Paul Singer - deseja um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não põe em risco a manutenção da “ordem”.

Seja como for, foi a sensibilidade de Lula para o programa dessa camada (um Estado atuando em favor dos mais pobres sem confrontar a ordem) que permitiu o realinhamento eleitoral a partir de 2006, quando o presidente trocou boa parte do eleitorado petista tradicional, baseado nas classes médias urbanas mais escolarizadas, pela massa de subproletários, conforme os dados expressivos das eleições de 2006 e 2010. O subproletariado é, evidentemente, o protagonista do Lulismo, tendo encontrado quem realizasse por ele seu programa.

Nessa análise, o proletariado seria beneficiado objetivamente com a redução do exército industrial de reserva em razão de novos postos de trabalho criados nesse período, o que lhe colocaria em condições objetivas mais vantajosas nas disputas salariais. E as classes médias, a partir de então, transformaram-se em antagonistas, perdendo tanto o sentimento subjetivo de distinção social, que a distância em relação aos mais pobres concedia, quanto as vantagens objetivas advindas do acesso à uma multidão de pessoas dispostas ao subemprego.

A partir da análise de André Singer, o conceito de “Lulismo” foi ganhando contornos críticos, sobretudo após as “manifestações de 2013”. Para o ex-presidente Fernando Henrique

2. SINGER, André. “Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, passim.



Cardoso³, o Lulismo expressa “um apelo aos pobres e uma prática de conciliação geral das classes”; para Francisco de Oliveira⁴, trata-se de uma “funcionalização da pobreza” para manter a exploração; para Vélez Rodríguez⁵, é a “variante do populismo e uma prática patrimonialista de uso do Estado para fins políticos”.

É consenso entre analistas de diversos matizes teóricos e políticos que a trajetória de Lula – sertanejo, operário e líder sindical –, explica muito sobre o Lulismo e o movimento político de Lula com destaque para a sua imensa capacidade de negociação e conciliação forjadas nas lutas do chão da fábrica e nas ruas. Luís Felipe Miguel (UNB) chegou a afirmar em um artigo⁶ que o Lulismo é a tradução dessas disposições num programa político: limitado, adaptativo, mas marcado por um genuíno desejo de responder às demandas mais gritantes da população mais pobre nos marcos da histórica balconização do Estado (patrimonialismo). Justamente por isso, outro aspecto bastante criticado do Lulismo é o personalismo.

Há uma série de situações da vida cotidiana que a maioria dos políticos brasileiros, cuja origem social é a classe média, desconhecem. Essa sensibilidade vem mais fácil para quem viveu essa situação de pobreza e falta de acesso ao Estado, de maneira que Lula tem mais legitimidade para falar em nome desta fração de classe do que qualquer outro presidente que esse país já teve. Não parece ter sido por outra razão que no livro *Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica*⁷, o psicanalista Tales Ab'Saber sustenta que o corpo de Lula tem uma dimensão simbólica: ele próprio é a encarnação do pacto social que deu governabilidade ao seu governo. Para Ab'Saber, depois de aproveitar das crises do mensalão para “se livrar” de quadros importantes do PT que ambicionavam a sua sucessão – tais como José Dirceu, Genuíno e Antônio Palocci –, Lula exerceu o poder plenamente, desenvolvendo uma política a favor dos extremos da sociedade, os milionários e os muito pobres.

De acordo com o autor, para os muito pobres, o Lulismo concedeu bolsas sociais de no máximo 200 reais para quase 13 milhões de famílias, introduzindo-as num universo mais amplo de consumo. Tais bolsas não ultrapassaram o custo total de 1% do Produto Interno Bruto, mas aos que vivem de rendas financeiras, em 2009, o Lulismo destinou 5,4% do PIB apenas em serviços dos juros da dívida pública. Com isso, afirma Ab'Saber, o presidente “cooptou amplamente os muitíssimos ricos”.

O padrão de crescimento no Lulismo foi distributivo, pelo menos até 2012. Isso fica evidente na criação de empregos (21 milhões de empregos criados nos anos 2000, contra 11 milhões nos anos noventa), sua concentração no segmento de baixos salários (90% dos novos

3. CARDOSO, Fernando Henrique. *Lulismo é fenômeno político recente e polêmico*. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 2010, acessado em 03/02/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201005.htm>

4. OLIVEIRA, Francisco. *O avesso do avesso*. Rio de Janeiro: Revista Piauí, Edição 37, 2009, acessado em 24 de junho de 2013: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-avesso-do-avesso/>

5. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Lulismo, Malufismo e Patrimonialismo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 09 de julho de 2012, acessado em 26 de junho de 2013: <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,lulismo-malufismo-patrimonialismo-imp-,897806>

6. MIGUEL, Luís Felipe. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. *Novos estudos*. - CEBRAP, São Paulo, n. 95, p. 157-163, Mar. 2013. Acess on: 22 de junho de 2013, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100009&lng=en&nrm=iso>.

7. AB' SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2012, passim.



empregos pagavam até 1,5 salários mínimos, em contraste com 51% nos anos noventa), e a formalização do mercado de trabalho (80% dos novos empregos no setor formal, que passou de 45% para 51% da força de trabalho).

O desemprego caiu especialmente entre os trabalhadores de baixa renda. Após uma década de estagnação, os salários reais cresceram 4,2% ao ano entre 2003 e 2012, e o salário mínimo cresceu 72% entre 2005 e 2012, impactando tanto o mercado de trabalho quanto as transferências federais. A renda dos 10% mais pobres cresceu 6,3% ao ano entre 2001 e 2011, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,4% ao ano.

A pobreza declinou fortemente, e a distribuição melhorou: o coeficiente de Gini caiu de 0,60 no início do milênio para 0,53 em 2012 - Paes de Barros, Grosner and Mascarenhas (2012, p.15), Pomar (2013, p.42) e a pesquisa mensal de emprego do IBGE. Como se pode verificar, o Lulismo não só cooptou os muitíssimos ricos, como o resultado da política distributiva de seus governos despertou o ódio deles. O fato é que para parte da esquerda brasileira e sua luta travada desde o governo de Getúlio Vargas, o Lulismo deixou a desejar.

Em um artigo intitulado “Os impasses do Lulismo”, publicado na Carta Capital, em janeiro de 2013, Vladimir Safatle⁸ afirma que o Lulismo consistiu na transformação do Estado em indutor de processos de ascensão por meio da consolidação de sistemas de proteção social, do aumento real do salário mínimo e incentivo ao consumo. Na outra ponta do processo, segundo Safatle, o governo Lula autocompreendeu-se como estimulador da reconstrução do empresariado nacional em seus desejos de globalização. Para tanto, a função do BNDES como grande financiador do capitalismo nacional consolidou-se de vez.

No campo político, Safatle afirma que o Lulismo se baseou na transformação de grandes alianças heteróclitas em única condição possível de “governabilidade”, retirando da pauta dos debates políticos toda e qualquer modificação estrutural nos modos de gestão do poder, ao tempo em que referendou um modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na Era Vargas: trata-se da transposição dos conflitos entre setores da sociedade civil para o interior do Estado.

De acordo com a fortuna crítica do lulismo citada, a ação bifronte do Lulismo resultou na anestesia da oposição. À direita, PSDB e DEM ficaram sem ter o que falar: a pregação deles se dirigiu às classes médias, que, se não se aproveitaram diretamente de bolsas sociais e juros estratosféricos, beneficiaram-se da melhoria geral dos indicadores econômicos. À esquerda, houve a agregação ao Planalto das centrais sindicais e o crescimento de fundos de pensão, que passaram a gerir parte significativa dos investimentos estatais e se associaram a grupos privados. Integraram aquilo que o sociólogo Francisco de Oliveira⁹ chamou de “nova classe” e desmobilizaram a militância radical de esquerda.

Os dados produzidos pelo Dieese permitem pensar que, pelo menos desde 2004, há uma conjuntura de recuperação da atividade sindical grevista (Boito Jr. & Marcelino, 2010, Boito

8. SAFATLE, Vladimir. *Os impasses do Lulismo*. São Paulo: Carta Capital, 2013.

9. *Op. cit.*



2017). Os últimos anos de governo de FHC foram especialmente difíceis para os trabalhadores: o número de greves baixou a 298 em 2002 (Dieese, 2006). De 2004 em diante, começa a subir até atingir a quantidade impressionante – para o Brasil – de 2050 greves em 2013. Esse número ultrapassou o pico da década de 1980, que foi de 1773 greves no ano de 1989.

Na conjuntura desse recente período de greves mais ofensivas – ou seja, greves que avançaram sobre os lucros das empresas ou os recursos do Estado por meio de conquista de melhorias salariais, maior participação nos lucros e resultados e novos benefícios de contrato e condições de trabalho –, a média anual de greves da década foi de 609 (esse número indica quase duas greves por dia no ano).

Comparada à média da década de 1990, novecentas greves anuais, a média da década de 2000 é menor (Marcelino, 2017). No entanto, vários autores chamam atenção para um novo ciclo de greves com características próprias em vários aspectos. Em 2003, primeiro ano de governo do presidente Lula, dos acordos coletivos aos quais o Dieese teve acesso, apenas 18,8% deles teve reajuste acima da inflação.

A maioria dos acordos salariais daquele ano, 58,4%, suportaram perdas reais; apenas 22,8% das categorias profissionais conseguiu fazer com que seus salários não incorporassem arrocho salarial. Observados os anos seguintes a 2003, vemos claramente uma melhora das condições salariais dos trabalhadores brasileiros formalmente contratados no mercado de trabalho e sindicalmente representados, de sorte que em 2012, 95% dos acordos salariais firmados foram acima do índice de inflação (Marcelino, 2017).

No período que vai de 2003 até 2015 (Boito Jr. e Saad-Filho, 2016), parte considerável das greves foi realizada pelos setores próximos aos governos (metalúrgicos e bancários, por exemplo) dos quais saíram grande parcela dos 1300 cargos ocupados por sindicalistas ligados às Centrais Sindicais como CUT, CTB, INTERSINDICAL, FORÇA SINDICAL. Isso demonstra que foram os setores tradicionais do sindicalismo brasileiro os responsáveis pela deflagração da maioria das greves no período, sobretudo as chamadas “greves selvagens” das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, implementado por Dilma). Além disso, categorias de ingresso recente no mercado de trabalho formal, com vínculos precários de emprego e baixa remuneração, mas com carteira assinada e alguma experiência sindical, como aponta Linhares (2015), foram responsáveis por parte minoritária das greves no período, indicando a transição do subproletariado para o proletariado, processo analisado por André Singer.

No entanto, tais reações minoritárias são denominadas pelo sociólogo Ruy Braga¹⁰ de “inquietações operárias”: sentimentos difusos do “preariado”, forjado no fordismo brasileiro periférico, em relação às políticas do lulismo. Para o sociólogo, a avaliação positiva do lulismo pelo preariado oscilou entre um nível de consumo mais alto e taxas elevadas de flexibilização e terceirização de trabalho, gerando altos níveis de insatisfação e frustração que explodiram nas manifestações de junho de 2013. Seja como for, se é verdade que esse diagnóstico serve para São

10. BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.



Paulo, ele não se estende para as demais regiões do país e não é suficiente para afirmar que o “precariado” se voltou contra os governos do PT. Até porque número alto de greves e reivindicações por melhores salários não são indicadores de insatisfação com o governo. Aliás, ao contrário (Boito Jr., Saad-Filho, Marcelino).

O que vale afirmar que durante os governos de Lula e Dilma, o sindicalismo era um interlocutor legítimo, a repressão sobre ele foi muito menor que em períodos anteriores, houve associação entre centrais sindicais e setores patronais em torno de políticas de desenvolvimento (queda na taxa de juros, especialmente); não houve, nesse período, greves gerais contra a política econômica e social do governo, mas um dia Nacional de Luta, em julho de 2013, e os setores políticos mais ativos nas greves foram aqueles que tinham parte de suas lideranças em cargos do segundo e terceiro escalões do governo ou de empresas estatais ou semiestatais.

Ou seja, a posição superior dessas lideranças na luta política não intimidou a luta reivindicativa das bases, até porque setores que tradicionalmente eram pouco afeitos à atividade grevista encontraram espaço para ela nessa nova conjuntura e não por um sentimento geral de descontentamento com o governo, mas sobretudo por uma percepção de melhoria das condições de luta. Tais condições favoráveis à classe trabalhadora explicam em parte o ódio da classe dominante e suas frações ao Lula e ao PT, mas não explicam tudo.

Em um artigo que escrevi em parceria com Fernando Horta, publicado no sítio de notícias “Opera Mundi” em 31 de outubro de 2017, tentamos analisar as razões pelas quais a classe média brasileira tomou o rumo político historicamente contrário aos seus próprios interesses materiais e, de lambuja, levou o Brasil a uma crise sem precedentes deflagrada com o Golpe de 2016. Para tanto, demonstramos que os estratos médios invariavelmente se colocam na função social que Mills descreve: como guardiões da desigualdade social como privilégio daqueles que tem “mérito” (Horta & Valim, 2017).

Nossa classe média prefere manter símbolos de superioridade do que receber possibilidades de ascensão econômica. São aqueles grupos que compram carros com valores muito mais altos no Brasil do que no resto do mundo (o chamado de “preço Brasil”) e que só são praticados aqui mesmo. Porque, o carro, o celular, a casa na praia ou a mobília da sala não valem o seu “valor de uso”, mas são medidas por um referencial de diferenciação social que é o que define e caracteriza a própria classe média brasileira. Ela não empreende porque não lhe interessa o lucro do trabalho, mas ela busca financiamentos maiores do que poderia pagar por itens que sejam marcadores de sua diferenciação.

Nesse sentido, o que fez o Lulismo que desgostou tanto a este grupo? E por que a classe média não se revoltou com a corrupção do governo Temer e início do desmonte do Estado com a aprovação da Reforma Trabalhista? Ao diminuir a diferença relativa entre os proletários e as nossas frações de classe e por fazer com que os espaços geográficos e institucionais começassem a ser partilhados, o Lulismo fez com que os privilégios de acesso aos bens públicos começassem a ser diminuídos, com um número cada vez maior daqueles que “não tem sua posição meritocrática na sociedade” entrando em universidades, exigindo seus direitos serem respeitados ou invadindo áreas que não eram de seu espaço social (Horta & Valim, 2017).



No entanto, isso explica muita coisa sobre o ódio ao Lula em particular e ao PT de maneira geral, mas ainda assim não explica tudo. As pesquisas divulgadas durante o ano eleitoral de 2018 demonstram o crescente apoio ao Lula e o PT com setores da classe média do Nordeste, além de seu eleitorado predominante a partir de 2006, como demonstrou André Singer. Esse dado nos coloca um problema dos mais importantes e que até hoje tem sido negligenciado nas análises sobre o Lulismo e o legado de suas políticas públicas: a narrativa que a classe média do centro-sul faz do Lulismo não se estende para o resto do país. Vejamos, portanto, os impactos do Lulismo na Região Nordeste.

LULISMO OU LULISMOS?

Recentemente, em 13 de fevereiro de 2020, publiquei um artigo no sítio de notícias 247, intitulado “Por quem os sinos dobram na esquerda petista” no qual chamo atenção para as históricas assimetrias regionais do Brasil conferirem características diversas para o conjunto de políticas públicas dos governos petistas, implementadas no período de 2003-2015. O lulismo no Nordeste nunca foi o mesmo lulismo no Centro-sul, região industrializada que sempre concentrou uma classe média com acesso à água, energia elétrica, moradia, educação, lazer, três refeições ao dia e dentição completa. No Nordeste, não. A maioria da população fora dos centros urbanos vivia sem acesso à luz, água, educação, comida. Por isso, a democratização do acesso às políticas públicas do Estado governado pelo PT operou uma verdadeira revolução, a chamada Revolução Severina¹¹, que alterou substancialmente todos os indicadores econômicos, sociais e culturais da região.

Entre 2003 e 2013, o Nordeste teve índice de crescimento de 4,1% ao ano, enquanto o país ficou na marca de 3,3%, de acordo com o Banco Central. Só no ano de 2012, por exemplo, a economia local cresceu o triplo da brasileira. Em 2014, a região passou a ser a segunda maior em consumo, atrás apenas do Sudeste, e correspondia a 13,8% da economia nacional. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2012, o nordestino e a nordestina tiveram o maior ganho de renda entre todas as regiões, o que fez com que a participação da base da pirâmide social caísse 66% para 45%, resultando no processo no qual a classe média deixou de representar apenas 28% da população nordestina em 2002, para ser 45% em 2012.

As ações dos governos petistas para a região também geraram empregos. Em 2002, apenas cinco milhões de nordestinos tinham emprego formal. Já em 2013, esse número passou para quase nove milhões. De 2003 - 2014 foram criados 16 milhões de empregos com carteira assinada, de sorte que o Nordeste passou de 800 mil pessoas com emprego formal em 2003 para 1 milhão e 700 mil empregos formais em 2010 (Cadastro Geral de Empregos e Desempregados). É verdade que esses empregos formais não ultrapassaram dois salários mínimos, mas se considerarmos as históricas assimetrias regionais no país, para famílias inteiras que eram obriga-

11. CAPAI, Elisa. *Severina: as novas mulheres do sertão*. São Paulo: Agência Pública, 28 de agosto de 2013, acessado em 12 de setembro de 2013: <https://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>



das muitas vezes a trabalharem em troca de um prato de comida, isso foi extraordinário. Esse valor somado à política de valorização do salário mínimo do período rompeu com o cruel e perverso destino manifesto de gerações de Severinas e Severinos que foram obrigados a ir para o centro-sul para sobreviver.

À essa população foi dado o direito de nascer, crescer e viver em sua terra e com sua família, pois ninguém com alternativa escolhe deixar sua família para ser super explorado e às vezes humilhado na locomotiva do país. Isso porque apenas quando o Partido dos Trabalhadores chegou à Presidência da República, ações concretas para afastar o fantasma da seca no Nordeste foram realmente levadas a cabo. Com a Transposição do Rio São Francisco, Lula e Dilma levaram água ao semiárido nordestino, impactando diretamente a vida de 12 milhões pessoas. A transposição foi iniciada e levada até 86,3% de conclusão pelas gestões petistas no governo federal, garantindo uma rede de abastecimento que é composta por 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Vale lembrar que, para combater a seca no Nordeste, os governos do PT também construíram quase 1,5 milhão de cisternas para consumo humano por meio do Programa “Água para Todos”, garantindo água a 22 milhões de sertanejas e sertanejos. E para acabar com a exclusão elétrica no Brasil e levar acesso à eletricidade de forma gratuita, o governo Lula criou o programa “Luz para Todos”. Até 2015, apenas no Nordeste, o programa tinha atendido mais de 1,5 milhão de famílias, beneficiando cerca de 7,5 milhões de pessoas. Além disso, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), após a criação de sete das dezoito universidades criadas nas gestões petistas na região, beneficiando 28 cidades, o Nordeste deixou de ter 413.709 universitários e saltou para 1.434.825 em 2012. O número de cursos de doutorado e mestrado também cresceu 33% entre 2010 e 2012 no Nordeste, ultrapassando a região Sul e respondendo por 20% do total de estudantes do ensino superior no país.

Em relação ao acesso à moradia, quando se considera que quase 40% das contratações da Faixa 1 do programa “Minha Casa, Minha Vida” se concentravam no Nordeste, região de maior déficit habitacional até 2006, o nível de mudança da região é significativo. Até o início de 2015, foram construídas 1.730.006 casas em todo país. Dessas, 700 mil casas no Nordeste (PNAD, 2017). É preciso destacar, também, que as mulheres foram protagonistas nos programas de transferência de renda com contrapartidas, de maneira que já em 2010, elas são a maioria das pessoas de referência das famílias monoparentais ou não no Nordeste (PNAD, 2012). Em 2002, quando o presidente Lula foi eleito, mais de 21,4 milhões de nordestinos viviam em situação de pobreza. Em 2012, esse número caiu para 9,6 milhões, segundos dados do IBGE, corroborados pela pesquisa divulgada no Fórum Brasil Regional, em junho de 2015, mostrando que o Nordeste respondia por 61% na redução da pobreza no país entre 2003 e 2013.

Região historicamente esquecida pelo poder público, o Nordeste chegou a ter mais de 35 milhões de pessoas e 7 milhões de famílias beneficiadas pelo maior programa de transferência de renda com contrapartidas do mundo, o Bolsa Família. Nos tempos de Lula e Dilma, antes



dos cortes do programa iniciado no governo de Michel Temer e aprofundado no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, o Bolsa Família provocava um efeito multiplicador de R\$ 2,40 sobre o consumo final das famílias, beneficiando setores como comércio e serviços, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa demonstra que, durante o período de 2003-2013, cada R\$1,00 investido no programa gera um retorno de R\$ 1,78 para a economia brasileira.

Com a política de contrapartidas exigidas pelos governos petistas para o acesso ao Bolsa Família, as taxas de mortalidade infantil caíram e as de alfabetização, aumentaram. Ao refletir a melhora do índice registrado em todo o Brasil, o Nordeste teve a maior redução no número de crianças mortas na primeira infância, de 58,6%, em 10 anos, segundo o Censo de 2010 do IBGE. A mudança na região foi de tal sorte que a página de Economia do portal UOL publicou em 19/02/2013 “Com investimento de U\$ 50 bilhões, o Nordeste vira rota de grandes empresas”¹².

Chamo atenção para a data da matéria, uma entre outras tantas que foram publicadas na mesma época. O resultado e as implicações desses investimentos foram temas em outra reportagem na Revista Época, de grande circulação nacional, de 04/07/2015, com direito a mancha de capa “Como o Nordeste virou a China Brasileira”¹³. E a Bahia teve um papel protagonista no crescimento da região: até 2015, o estado concentrava o maior número de fábrica de carros e motos, refinarias, estaleiros e siderúrgicas, e uma diversificação de serviços de alta qualidade e rentabilidade. Esses investimentos só ocorreram em razão das políticas públicas dos governos Lula e Dilma articuladas com as políticas do então governador e atual senador Jaques Wagner também do PT.

Chamo atenção também para um aspecto pouco considerado nas análises sobre o Lulismo, especialmente o Lulismo no Nordeste, região muitas vezes qualificada de “Brasil Profundo” pelo baixo nível de acesso da população ao Estado brasileiro: o conjunto de políticas públicas dos governos petistas resultou de vontade política, investimentos públicos e, inegavelmente, do acúmulo político de lutas da sociedade civil organizada por décadas para a institucionalização de demandas como, por exemplo, a dinamização da economia, obras de infraestrutura, acesso à educação, saúde pública, água e a universalização do abastecimento. Esse processo conectou o atendimento das necessidades sociais, econômicas e culturais da população e a construção de parâmetros novos para a qualidade dos atendimentos e para a reivindicação de novas demandas.

Politização maior não há e não podemos negar, sobretudo quando se considera que em 2003, o IBGE apresentou o mapa da pobreza e desigualdade nacional no qual quase 80% dos municípios do Nordeste tinham mais da metade da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza. Já em 2004, o Nordeste abrigava mais da metade das famílias que recebiam o Bolsa Família (ALMEIDA; ARAÚJO, 2014/ IBGE 2012). Até 2009, o Nordeste evoluiu na diminuição da desigualdade mais do que as demais regiões do país. No primeiro mandato do governo

12. Acesso em 20 de junho de 2013: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/com-investimentos-de-mais-de-r-100-bi-nordeste-vira-rota-de-grandes-empresas.htm>

13. Acessado em 17 de outubro de 2015: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/07/como-o-nordeste-virou-bchina-brasileirab.html>



Lula, a participação do Nordeste no PIB nacional foi de 12,8%. Em 2010, esse número pulou para 13,5%, obtendo um crescimento relativo a 4,6% ao ano - acima da média nacional de 4% (Araújo, 2014).

Esses números sugerem muita coisa. A mais importante delas para o desenvolvimento do argumento deste artigo é que enquanto a classe dominante do Nordeste aproveitava o forte investimento estatal e os dólares chineses para investir predominantemente nas indústrias da região, boa parte da classe dominante do centro-sul usou o dinheiro das desonerações - para fortalecer o parque industrial nacional e aumentar o número de empregos formais -, e aplicou no rentismo.

A partir dos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Pessanha (2019) demonstra a evolução do patrimônio líquido dos fundos financeiros no Brasil em R\$ trilhão, predominantemente concentrados no centro-sul do país: em 2008, ano da crise financeira global, o montante foi de 1,125; em 2011 foi de 1,941; em 2013 foi de 2,469; no ano do golpe de 2016 foi de 3,489. No ano passado, 2019, foi de 5,018. Patrimônio líquido acumulado em trilhões, cumpre destacar.

Esses dados escancaram a marcha da insensatez de parte da classe dominante brasileira: com a crise global do capitalismo em 2008, houve um racha na classe dominante brasileira, pois a partir de 2013 a classe dominante do Centro-sul aproveitou-se da crise política e dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia para apoiar um projeto de país que afastou a classe trabalhadora das estruturas internas do Estado ao preço de aprofundar as assimetrias regionais e reduzir substancialmente sua capacidade de controlar estratégias de acumulação, tornando-a mais vulnerável às oscilações internacionais. Do ponto de vista de sua vocação histórica: um golpe intraclasse dentro do golpe que começou em 2016 e está longe de terminar.

CONCLUSÃO

Desde 2003, a região do Nordeste deixou de ser o “Brasil Profundo”, a região cujo “atraso” foi historicamente construído para fornecer produtos tropicais para o mercado europeu e depois fornecer mão-de-obra abundante para ser super explorada no centro-sul em razão das políticas dos governos petistas, sobretudo com as implicações do Lulismo na região em razão de esse conjunto de políticas públicas ter impactado de maneira conflitiva as históricas assimetrias regionais do país. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, não à toa, foi perseguido, devassado e preso ao arrepio da lei porque pela primeira vez na história desse país as políticas públicas destinadas ao norte e ao nordeste de fato combateram as desigualdades e diminuíram as diversas assimetrias em relação às demais regiões.

Isso não é pouco relevante quando recordamos que as Manifestações de Junho de 2013 no Nordeste tiveram baixa aderência social quando comparadas aos movimentos ocorridos no centro-sul. No 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gisele Heloíse Barbosa (UFSCAR) e Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP) apresentaram os resultados da pesquisa “Os Protestos de Junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações”. Para as autoras, os dados

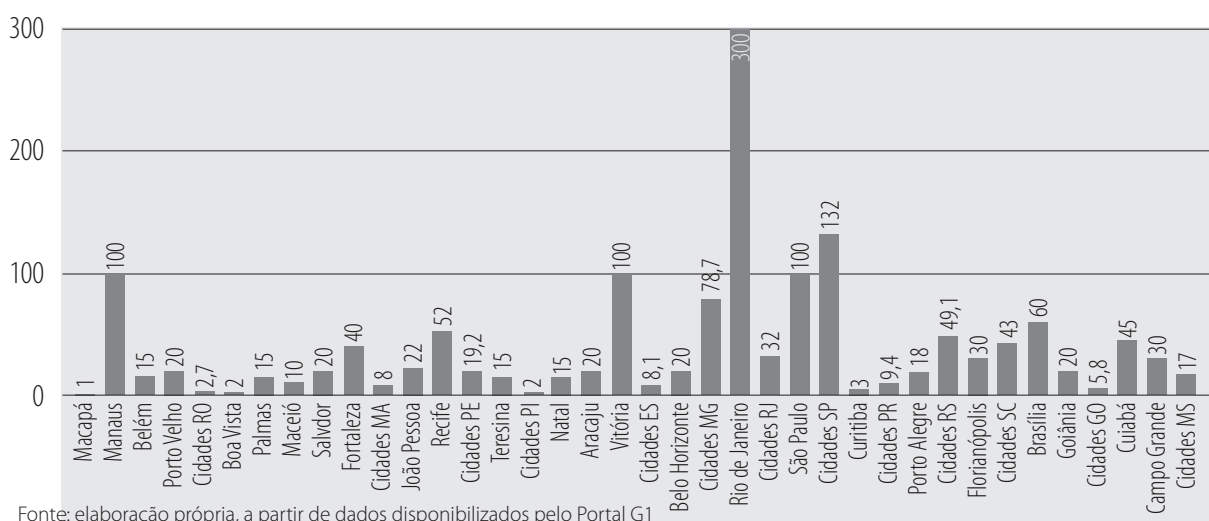


LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

coletados no Portal de Notícias IG somados às análises da bibliografia sobre o tema evidenciaram pesquisas muito concentradas na ocorrência dos protestos apenas na região Sudeste, provavelmente por ser o estopim das manifestações e pela elevada aderência social.

Para fechar o argumento sobre a existência de Lulismos e não Lulismo na conclusão deste artigo, reproduzo a seguir dois gráficos elaborados pelas autoras:

Gráfico1. Protestos pelo Brasil em 20/06, em milhares de manifestantes



Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Portal G1

Tabela 1: Porcentagem de manifestantes nas capitais, por data

	N. hab. 2010	17/06/13	18/06/13	19/06/13	20/06/13	21/06/13	22/06/13
Manaus	1.802.014	0,00	0,00	0,00	5,55	0,00	0,00
Rio Branco	336.038	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	4,46
Macapá	398.204	0,00	0,00	5,02	0,25	0,00	0,00
Belém	1.393.399	0,72	0,00	0,00	1,08	0,00	0,00
Porto Velho	428.527	0,00	0,00	0,00	4,67	0,00	0,00
Boa Vista	284.313	0,00	0,88	0,21	0,70	0,00	0,88
Palmas	228.332	0,00	0,00	0,00	6,57	0,00	0,00
Maceió	932.748	0,21	0,00	0,00	1,07	0,00	0,00
Salvador	2.675.656	0,19	0,00	0,00	0,57	0,00	0,09
Fortaleza	2.452.185	0,04	0,00	1,02	1,63	0,41	0,00
São Luís	1.014.837	0,00	0,30	1,48	0,00	0,00	0,49
João pessoa	723.515	0,00	0,00	0,00	3,04	0,00	0,00
Recife	1.537.704	0,02	0,00	0,00	3,38	0,00	0,03
Teresina	814.230	0,00	0,00	0,00	1,84	0,00	0,00
Natal	803.739	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	0,00
Aracaju	571.149	0,00	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00
Vitória	327.801	6,10	0,00	0,00	30,51	0,00	0,00

continua



LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

Belo Horizonte	2.375.151	0,84	0,13	0,82	0,84	0,51	2,95
Rio de Janeiro	6.320.446	1,58	0,00	0,00	4,75	0,00	0,01
São Paulo	11.253.503	0,58	0,84	0,00	0,89	0,00	0,31
Curitiba	1.751.907	0,57	0,00	0,00	0,17	0,86	0,02
Porto Alegre	1.409.351	0,71	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00
Florianópolis	421.240	0,00	2,37	0,00	7,12	0,00	0,00
Brasília	2.570.160	0,20	0,00	0,78	2,33	0,00	0,12
Goiânia	1.302.001	0,00	0,04	0,00	1,54	0,00	0,02
Cuiabá	551.098	0,00	0,00	0,54	8,17	0,00	0,33
Campo Grande	786.797	0,00	0,00	0,00	3,81	0,13	0,89

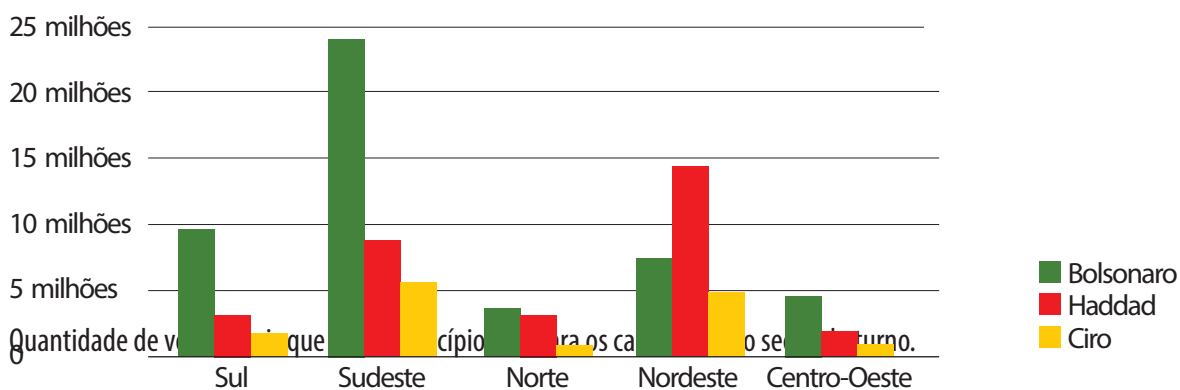
Fonte: BARBOSA; KERBAUY, 2016, p. 12.

Para além de a pesquisa desmontar a narrativa construída pela grande imprensa no Brasil de que as Manifestações de 2013 foram um movimento social de forte apelo nacional – porque isso só se sustenta se considerarmos o nacional como algo que ocorreu no centro-sul do país -, os dados acima demonstram a premente necessidade de analisarmos esse movimento social por meio do recorte regional. Isso porque as Manifestações de 2013 no Nordeste tiveram baixa aderência social porque elas estavam muito mais ligadas às lutas históricas por mobilidade social, como a Revolta do Buzu, por exemplo, do que contra os governos do PT, especialmente contra o governo de Dilma Rousseff.

Além disso, quando comparamos os dados acima com os dados das eleições de 2018, há uma relação direta entre esses eventos, fortalecendo a tese de o Lulismo no Nordeste ter sido um conjunto de políticas públicas de alto potencial conflitivo para as demais regiões do país. De acordo com o Portal de Notícias G1 e com os dados do TSE, a grande maioria dos votos do então candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), 68%, teve origem nas regiões Sul e Sudeste. Seu desempenho, no entanto, foi baixíssimo no Nordeste: 15% dos votos em uma região que representa 28% do eleitorado. O cenário é praticamente o oposto para o então candidato Fernando Haddad (PT), que obteve 46% dos votos no Nordeste e 38% nas regiões Sul e Sudeste juntas, conforme o gráfico a seguir.

Quantidade de votos totais que cada região deu para os três primeiros candidatos no primeiro turno.

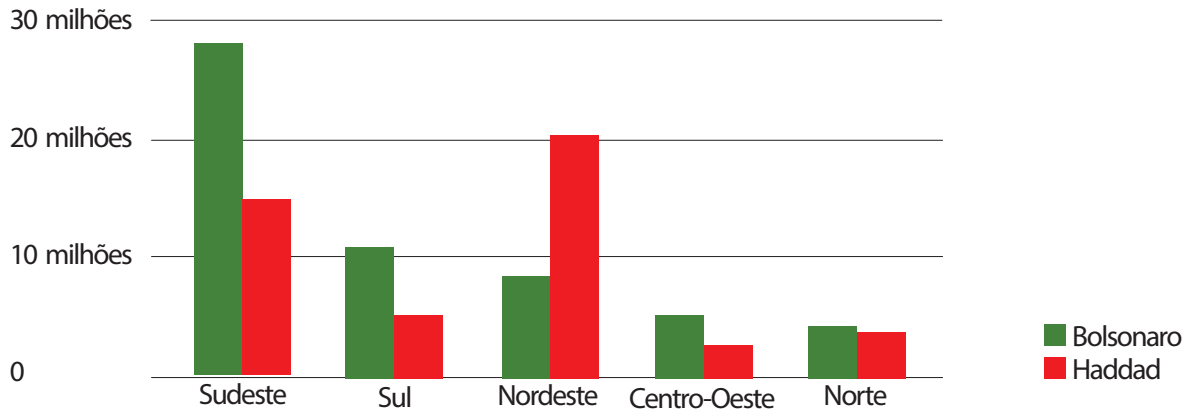
Foto: BBC/ Reprodução: G1





LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

Foto: BBC/ Reprodução: G1



Em 29 de outubro de 2018, um dia após a divulgação dos resultados do segundo turno das eleições de 2018, o sítio de notícias BBC divulgou uma matéria importante sobre os votos do Partido dos Trabalhadores nas regiões do país a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com a reportagem, em 16 anos, o Partido dos Trabalhadores perdeu 1 ponto percentual por ano no número de votos válidos, conforme a tabela abaixo:

Porcentagem de votos válidos no PT a partir do primeiro governo petista

Eleição/ano	Candidato/partido	Votos válidos
2002	Luís Inácio Lula da Silva/PT	61,30%
2006	Luís Inácio Lula da Silva/PT	60,80%
2010	Dilma Rousseff/PT	56,00%
2014	Dilma Rousseff/PT	51,60%
2018	Fernando Haddad/PT	44,87%

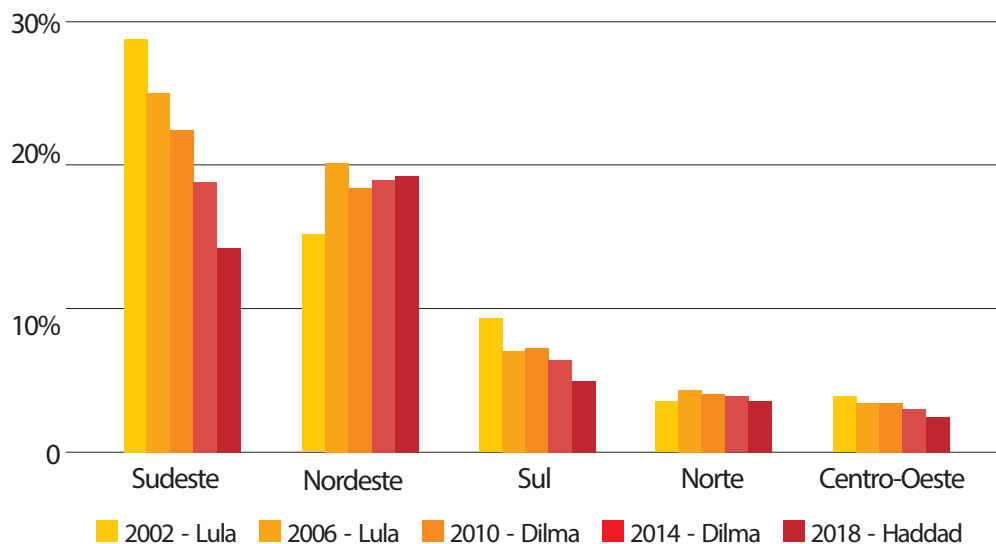
Quando se analisa esses dados por meio da variável regional, no entanto, constata-se que essa perda está concentrada no Sudeste, a região que com o maior número de eleitores do país: no período de 2002 e 2018, a votação do PT na região caiu de 63% para 35%. No mesmo período, a região Nordeste assumiu a liderança dos votos válidos para o PT, de maneira que, após o Golpe de 2016, no resultado das eleições de 2018, a diferença entre as duas regiões ultrapassou 5 milhões de votos.

Considerando que a região Nordeste é o segundo maior colégio eleitoral do país, enquanto Lula obteve 61,5% dos votos da região em 2002, Haddad terminou o segundo turno da eleição de 2018 com 69,7%, formando um cinturão progressista em oposição ao bolsonarismo – um movimento de massa de extrema-direita conduzido pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Há duas questões importantes sobre o voto da população do Nordeste em relação ao Lulismo.

A primeira delas é que se é verdade que o impacto do Lulismo “bateu no teto” ou se esgo-

LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

De onde veram os votos que o PT recebeu, desde 2002



Fonte: TSE/ Reprodução G1

tou no centro-sul do país, também é verdade que o Lulismo no Nordeste ainda tem muitas possibilidades, como se procurou demonstrar neste artigo, e deve ser o ponto de partida para o fim das assimetrias regionais. A segunda questão, intimamente relacionada com a primeira, é que depois do Golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro com seu projeto de Estado Mínimo e de Exceção em 2018, a classe dominante do Centro-sul precisa compreender que não haverá retorno à normalidade democrática possível e nem crescimento econômica com a região Nordeste fora desse projeto.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2012.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste, Hoje*. Recife: SBPC, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordestes: que Nordeste*. In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP, Editora da UNESP, 1995.

ARAÚJO, T. B. de. *Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARBOSA, Gisele Heloíse; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Os protestos de junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações*. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Acessado em 24 de setembro de 2018: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/protestos-junho-2013-movimentos-sociais-e-reivindicacoes-891.pdf>

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. *O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de*



greves na década de 2000. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 23 de abril de 2013.

BOITO JR., Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. **State, state institutions, and political power in Brazil.** Latin American Perspectives 43 (2): 190–206.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia. Trabalho, precariedade e rebeliões sociais.** São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes.** In: SINGER, André & LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. SUDENE. **Contribuição da SUDENE ao Desenvolvimento do Brasil.** Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Lulismo é fenômeno político recente e polêmico.** São Paulo: Folha de São Paulo, 19 de dezembro de 2010, acessado em 03/02/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201005.htm>

COLOMBO, L. A. C. **O Nordeste Brasileiro: políticas públicas federais para o combate da desigualdade no Governo FHC.** In: *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires, 2010.

COSTA, J. M. **Concentração e Desconcentração Industrial**, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/16-artigo/2626-artigo-concentracao-edesconcentracao-industrial-no-brasil>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nordeste Concentra 59% da População em Extrema Pobreza, Diz IBGE.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/913829-nordeste-concentra-59-da-populacao-em-extrema-pobreza-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** 7. Ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. **O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento.** Revista de Economia Política, v. 4, n. 4, p. 5-14, jul./set. 1984.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajectoria Econômica de Uma Região Periférica.** Estudos Avançados, v.11, n.29, p. 37-54, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **Censo Demográfico - Resultados do Universo, 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2016.



LULISMO OU LULISMOS? ASSIMETRIA REGIONAL E O GOLPE DE 2016

_____. **Conta Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2008.

INFOGRÁFICO G1. **Manifestações Pelo Brasil**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protetos-2013/infografico/platb/> Acesso em: 06 out. 2013

MARCELINO, Paula. **Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil**. *Tempo Social*, 29(3), 2017, pp. 201-227.

MIGUEL, Luís Felipe. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**, de Singer, André. Novos estudos. - CEBRAP, São Paulo, n. 95, p. 157-163, Mar. 2013. Access on: 22 de junho de 2013, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100009&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, F. **Elegia Para Uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. **O avesso do avesso**. Rio de Janeiro: Revista Piauí, Edição 37, 2009, acessado em 24 de junho de 2013: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-avesso-do-avesso/>

PESSANHA, Roberto Moraes. **A “indústria” dos fundos financeiros: potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Consequência Editora, 2019.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Lulismo, Malufismo e Patrimonialismo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 09 de julho de 2012, acessado em 26 de junho de 2013: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,lulismo-malufismo-patrimonialismo-imp-,897806>

ROJAS, A. G. **Caracterizando os Governos “Pós-Neoliberais” Latino-Americanos**. Revista de Economia Política. Disponível em: <<file:///C:/Users/Americanas/Downloads/2894-8988-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Os impasses do Lulismo**. São Paulo: Carta Capital, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017. BNB. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste 2000 a 2010, 2012**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

ÚLTIMO SEGUNDO EDUCAÇÃO. **UNESCO: Brasil reduzirá analfabetismo em adultos para 5% em 2015**, out. 2012. Disponível em: <<http://www.prime.org.br/mundoemissao/dadosanalfab.htm>>. Acesso em: 25 de set. de 2013.

VALIM, Patrícia; HORTA, Fernando. **As coisas no seu devido lugar**. Opera Mundi, 31 out. 2017 (operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48301/as-coisas-no-seu-devido-lugar.shtml).

VALIM, Patrícia. **Por quem os sinos dobram na esquerda petista?** Brasil 247, fevereiro, 2020: <https://www.brasil247.com/blog/por-quem-os-sinos-dobram-na-esquerda-petista>